
JOSÉ LUIZ BICA DE MÉLO

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Conflitualidade, integração regional e globalização.

A problemática das relações transfronteiriças

O estudo analisa a formação do bloco regional MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), partindo da noção de capitalismo em processo de globalização e detém-se nas relações económicas e políticas na fronteira Brasil-Uruguai. Conclui-se que a concentração da propriedade fundiária, o avanço na

ocupação da terra por parte de um setor madeireiro transnacional, a inexistência de legislação capaz de equalizar as relações trabalhistas nos países do bloco económico e a prática criminalizada do abigeato são demonstrações de conflitualidade e de integração regional parcial.

187

Neste tempo de capitalismo em processo de globalização, de formação de blocos económicos regionais e de redefinição do papel dos Estados Nacionais, o tema das fronteiras tem sido rediscutido. Diversos têm sido os estudos realizados, em particular, sobre a temática da globalização capitalista e de seus efeitos nos projetos de integração em curso nos países da América Latina e do Cone Sul. No que se refere ao Uruguai e ao Brasil Meridional, podemos destacar recentes análises sobre a problemática das fronteiras no tocante aos processos de integração e de globalização e aos possíveis impactos dos acordos comerciais no desenvolvimento local e regional. Neles abordam-se, ainda, diferentes aspectos socioculturais ou económico-culturais, que vão das práticas musicais ou lingüísticas às práticas sociais criminalizadas, como o contrabando (Bonetty *et al.*, 1991; Castello *et al.*, 1995; Ventura, 1995; Basso, 1995).

Introdução

Tais estudos analisam o novo momento do capitalismo e procuram verificar como as localidades, regiões ou países poderão inserir-se, positiva ou negativamente, na globalização, que «está presente na realidade e no pensamento», numa época em que «[...] os horizontes que se descortinam com a globalização, em termos de integração e fragmentação, podem abrir novas perspectivas para a interpretação do presente, a releitura do passado e a imaginação do futuro» (Ianni, 1995: 11).

Pode-se pensar a globalização como um amplo processo que envolve aspectos de ordem econômica, política e socio-cultural: liberalização e ampliação das trocas comerciais sob a hegemonia das empresas transnacionais; queda de barreiras políticas nacionais com a conseqüente redução do poder do Estado Nação e, portanto, das economias nacionais, sobretudo dos países subdesenvolvidos; intensificação das tecnologias de informação, deslocando os fluxos de capital de forma global; e transformações nas pautas de consumo, rumo a instauração de um mercado mundial de bens materiais e simbólicos.¹

Nosso ponto de vista é de que o processo de globalização pode ser pensado como um campo de poder², podendo-se inferir que, na constituição desse macro-campo, a formação de blocos regionais constitui uma espécie de mapeamento do mundo entre os agentes dominantes da globalização, para o qual concorrem, de forma deliberada ou não, os agentes sociais dominados em escala local, regional, nacional e internacional. É nessa lógica que pode ser compreendida a criação dos diversos blocos econômicos, dentre os quais podem ser destacados a UE (União Européia) e o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) (Ostermin, 1995; Plá, 1994).

Buscando investigar o processo de integração regional em curso, a partir de pesquisas de campo realizadas na fronteira Brasil-Uruguai, tendo como horizonte temporal os anos noventa, o estudo detém-se nos seguintes aspectos: a formação do MERCOSUL; as relações fronteiriças entre o Brasil e o Uruguai; elementos de conflitualidade ligados à esfera trabalhista, às formas de ocupação da terra e à permanência da prática criminalizada do abigeato. Busca-se demonstrar que a integração regional no Cone Sul da América do Sul constitui

¹ Pontos de vista diferenciados sobre o processo de globalização em Ohmae, 1998; Hirst e Thompson, 1996; Featherstone, 1996.

² A noção de campo como forma de pensamento relacional foi desenvolvida por Bourdieu, 1996.

um processo parcial obstaculizado por interesses divergentes entre os agentes sociais da região.³

O MERCOSUL foi instituído em 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai tendo como objetivo a adoção, por etapas, de políticas que possibilitassem, inicialmente, o estabelecimento de uma zona de livre comércio e culminasse com a união aduaneira.⁴ Tendo como países mais importantes do bloco comercial a Argentina e o Brasil, o Tratado de Assunção (26 de Março de 1991) foi, em grande medida, o resultado de negociações estabelecidas por esses dois países ao longo da década de oitenta, visando incrementar as relações comerciais bilaterais.⁵

Constituindo um mercado de cerca de 200 milhões de habitantes e mais de um trilhão de dólares, o bloco instalou, em 1995, a zona de livre comércio. Desse momento em diante, cerca de 90% das mercadorias produzidas nos quatro países passam a ser comercializadas sem tarifas de importação, visando à redução gradual de barreiras tarifárias mantidas em alguns setores. Dentre essas barreiras podem ser destacadas as medidas implementadas pelo governo argentino, em 1999, a fim de proteger da concorrência brasileira os setores automotivos, açucareiro, de tecidos de lã e de calçados. Nesse último caso, a barreira consiste no estabelecimento de menores cotas de importação para proteger a indústria calçadista argentina. Convém recordar que os setores brasileiros de laticínios e do vinho, principalmente o do Rio Grande do Sul, temem a concorrência de produ-

MERCOSUL: qual a integração?

189

³ Detalhamento da pesquisa de campo em Mélo, 2000: cap 1, 2 e 5.

⁴ Fazem parte do MERCOSUL, desde 1996 como membros associados – integrando somente a zona de livre comércio – a Bolívia e o Chile.

⁵ Antes do MERCOSUL, houve outras entidades com o objetivo de estimular as relações comerciais na América Latina das quais pode ser destacada a ALALC – Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, instituída em 1960 e extinta em 1980. Inspirada no modelo do Mercado Comum Europeu, a ALALC buscava a redução de tarifas e flexibilização de barreiras comerciais entre os países que a compunham. Após a intensificação das trocas comerciais no anos sessenta, a ALALC entra em crise em decorrência das disparidades econômicas entre seus membros, bem como da instabilidade política da região e do fortalecimento das relações comerciais com os Estados Unidos, facilitadas pelo estabelecimento das Ditaduras Militares em quase toda a América Latina. Faziam parte da ALALC: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, bem como Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia que ingressaram posteriormente. Em substituição à ALALC foi criada a ALADI, em 1981, objetivando a criação de um mercado comum a longo prazo. Com a institucionalização do MERCOSUL e o ingresso do México no NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), a ALADI perdeu suas funções e foi extinta.

tos uruguaios, argentinos e, no caso do vinho, também dos produtos chilenos.⁶

O exame do conjunto de documentos que compõem o MERCOSUL aponta não só para um processo de integração econômica, mas também, em esferas mais amplas, para aspectos ligados às políticas e às pautas culturais. Os procedimentos efetivos dos principais componentes do bloco (Argentina e Brasil), no entanto, têm demonstrado, principalmente no final da década de noventa, que o MERCOSUL é um processo incompleto e ainda restrito aos aspectos de ordem econômica. Com a manutenção das salvaguardas numa grande gama de produtos de cada um dos países, qualquer modificação na esfera cambial em um dos países implica em desacordo nos demais.⁷

Embora estejam previstos acordos nas esferas políticas, sociais e culturais, a diversidade de interesses e a disparidade econômica entre seus membros têm feito com que o MERCOSUL ainda se restrinja a uma ampliação, principalmente, dos mercados argentino e brasileiro e das transnacionais sediadas nos dois países. O reduzido avanço na esfera social e a exclusão de amplos setores sociais, principalmente nas menores economias do bloco – Paraguai e Uruguai – têm aumentado o desemprego, a miséria e a competição por postos de trabalho (Castello *et al.*, 1997). Os escassos movimentos visando à criação de instituições, que incluam a participação dos trabalhadores, têm restringido a chamada «integração» às esferas governamental e empresarial.

O grupo de trabalho composto por governos, empregadores e trabalhadores, visando ao estabelecimento de cláusulas sociais na esfera do trabalho, não tem conseguido incluir a discussão de uma agenda que garanta a participação de amplas parcelas da população. As razões desse insucesso vão da diversidade da legislação trabalhista em cada um dos países até ao enfraquecimento dos sindicatos de trabalhado-

⁶ Para uma análise das controvérsias comerciais entre o Brasil e a Argentina: Peña, 1999; Vegas, 1999a; Vegas, 1999b.

⁷ Embora o Tratado de Assunção em seu art. 1 estabeleça: «A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes», isso não tem ocorrido. Como exemplo pode ser destacada a desvalorização do real (moeda brasileira) em janeiro de 1999 – o real sofreu uma desvalorização nominal de 38% em relação ao dólar - o que tornou os produtos brasileiros mais competitivos, não só no interior do bloco, mas externamente a ele (Vegas, 1999b).

res, passando por discordâncias e desconfiança entre esses mesmos sindicatos ou centrais sindicais, aliadas ao desconhecimento do que seja ou possa ser o MERCOSUL (Sartelli, 1997; Paula, 1999).

Ao lado do processo de integração econômica entre os agentes dominantes do bloco – as transnacionais que migram de um país a outro de acordo com as vantagens fiscais e comerciais – grande parte da população apenas assiste às transformações das fronteiras econômicas e políticas, participando como agente dominado de um processo por muitos desconhecido (incluam-se nesse processo de desconhecimento as transformações das próprias fronteiras nacionais).

A problemática das fronteiras no MERCOSUL tem sido objeto de diversos estudos (Lehnen *et al.*, 1994; Castello *et al.*, 1997; Mélo, 1997). Apesar de contribuírem para o esclarecimento de inúmeros aspectos, os estudos, no entanto, não têm tratado de questões fundamentais como: as representações dos agentes sociais das áreas de fronteira sobre a fronteira, a globalização e as relações dessas representações sociais com o campo do poder na fronteira. Considerando-se que as populações residentes em regiões fronteiriças estabelecem relações comerciais, políticas, sócio culturais e familiares com seus vizinhos, em um processo complexo que constitui o que Roberto Cardoso de Oliveira denominou de «nacionalidades em conjunção» (Oliveira, 1997: 14; Oliveira, 2000), entende-se importante apontar alguns elementos dessas relações como forma de se pensar o processo de integração em curso.

Embora existam na fronteira brasileiro-uruguaia (de 1.008 km) outras localidades com proximidade geográfica (Barra do Quaraí e Bella Unión, Quaraí e Artigas, Jaguarão e Rio Branco, Chuí e Chuy), Sant'Ana do Livramento e Rivera constituem-se em localidades privilegiadas para analisar as transformações no campo do poder em espaço fronteiriço por estarem de certa forma interligadas, formando «um par de cidades», com contiguidade no espaço rural.

Quando se percorre as cidades de Sant'Ana Livramento e Rivera, onde as ruas apresentam o mesmo traçado, tem-se a impressão de estar em uma única cidade. Não há diferenças significativas nas construções; as pessoas circulam de um lado a outro da «fronteira» sem qualquer impedimento e se comunicam perfeitamente tanto em português, quanto em espanhol. Ao percorrer-se as estradas ora do município, ora da Inten-

Fronteiras e desencontros

dência, tem-se a impressão de transitar em território de um mesmo país. Em ambos os casos, a fronteira geográfica é recortada muitas vezes por pequenas estradas de chão-batido, onde não se sabe ao certo se o país é o Brasil ou o Uruguai. Tem-se a impressão de se estar em um espaço realmente «integrado».

Se nos fixássemos nas primeiras impressões, tenderíamos a enfatizar a convivência cordial e a integração entre os habitantes da fronteira apresentando esta como aberta tanto para os brasileiros quanto para os uruguaios. Ouviríamos com frequência a afirmação: «Somos moradores da fronteira. Aqui as coisas são diferentes. Aqui todo mundo é livre.» Um olhar mais atento, no entanto, permite perceber outros elementos que apontam para uma desconexão entre as falas e as relações cotidianas realmente efetivadas.

Desempregados rurais à procura de trabalho - cada vez mais escasso nas estâncias de criação de gado ou nos estabelecimentos de produção e beneficiamento do arroz; «rancheríos» ou «vilas de lata» em áreas alagadiças e insalubres (Barrio La Humedad e Barrio Infierno em Rivera, por exemplo, ou loteamento Simon Bolívar em Livramento); presença de empresários rurais brasileiros no lado uruguaio «com suas máquinas, seus trabalhadores e suas leis» como afirmam empresários rurais de Rivera.

Invariavelmente, num e noutro lado da fronteira geográfica, ouvem-se lamentações quanto à crise na agropecuária, à falta de apoio dos governos, ao «abandono dos setores agrários». O «contrabando formiga» (Bentancor *et al.*, 1989), ou «atividade de arancel zero», e os pequenos abatedouros clandestinos movimentam parte dos negócios do abigeato e abastecem parcelas das populações da periferia dessas cidades ou mesmo das áreas rurais. Proprietários de estabelecimentos comerciais à beira da falência, principalmente em Sant'Ana do Livramento, observam com ressentimento os consumidores brasileiros - oriundos principalmente da região metropolitana de Porto Alegre - que percorrem a Avenida Sarandi onde freqüentam o *free shop* de Rivera. Os mesmos comerciantes que, em um passado recente, com situação cambial favorável aos seus negócios, eram «pressionados [pelos sindicalistas brasileiros ligados ao comércio local] a não contratarem mão-de-obra uruguaia» (Schäffer, 1995; Silva, 1995).⁸

⁸ Aspecto importante é a existência de número significativo de pessoas com dupla nacionalidade (brasileira e uruguaia), mas residentes em uma das cidades. Em situações de crise no mercado de trabalho, tanto rural quanto urbano local, são observadas pressões imediatas no mercado de trabalho do outro lado da fronteira.

Convém acrescentar que a desvalorização do real em Janeiro de 1999 enfraqueceu o comércio de *free shop* de Rivera, mas não alterou significativamente a situação do comércio de Sant'Ana do Livramento. Estimativas das autoridades municipais indicavam 20 mil desempregados no segundo semestre de 1999, como parte de uma população total de cerca de 100 mil habitantes, somente naquele município brasileiro.

A preocupação, por parte de empresários rurais e sindicalistas rurais uruguaios, com a presença de empresários brasileiros, bem como com a presença de trabalhadores - «los ilegales» - e com o processo acelerado de desnacionalização da terra poderá acrescentar, em médio prazo, novos elementos ao campo de poder na região. Estima-se que 80% da produção de arroz dos departamentos uruguaios na fronteira com o Brasil seja controlada por brasileiros mediante a ocupação da terra sob a forma de propriedade ou de arrendamento (Cardozo e Fernandez, 1997; Martinez, 1996).

Ao levarmos em consideração que as problemáticas da ocupação da terra e da disputa por postos de trabalho constituem elementos de um espaço social contraditório, nossas pesquisas de campo indicam que, efetivamente, «o cotidiano no espaço fronteiriço tem em si um imenso potencial de integração e, da mesma forma, de conflito, capaz de incidir decisivamente nas relações bilaterais e na integração maior» (Schäffer, 1992). As análises apontaram, ainda, para a relativização da integração e «da cordialidade do homem da fronteira». Processo esse que tem suas raízes na própria formação do Brasil e do Uruguai.

Os conflitos no espaço agrário brasileiro e uruaio têm estado presentes desde a formação de ambos os países, que participaram do sistema capitalista, no século XIX, com sua produção pecuária e, posteriormente, agrícola. Somente na primeira metade do século XX, iniciaram seus processos de industrialização - em momentos históricos diferentes e com peculiaridades em cada país.

No Uruguai, ocorreram uma série de conflitos políticos e econômicos envolvendo o espaço fronteiriço brasileiro-uruaio, desde a formação do Estado Nação, os quais foram sufocados pelos setores conservadores da sociedade: de um lado pelos comerciantes importadores e exportadores ligados, principalmente, à Inglaterra e, posteriormente aos Estados Unidos e, de outro, pelos latifundiários (principalmente os *ganaderos*: produtores de lã e carne). Desde as guerras civis ao

longo do século passado e início deste até aos movimentos armados do início da década de setenta foram duras as condições de vida dos setores subalternos, tanto do meio rural quanto do meio urbano, o que se intensificou nos períodos ditatoriais (Barrán e Nahum, 1972; Nahum *et al.*, 1990). É questionável, portanto, a representação construída pelo senso comum, que perpassa o imaginário, ou seja, as representações de diferentes agentes sociais, e que apresenta a fronteira, como um lugar de paz, de solidariedade e de cordialidade.

O Uruguai tem experimentado um processo de concentração da população na capital (Montevideu) desde o período colonial, acompanhado pela migração campo-cidade que esvaziou o campo, onde moram, atualmente, 9,2% da população total. Houve, também, o declínio da agricultura familiar e o desenvolvimento agro-industrial (arrozeiro e madeireiro) que apontam para graves conseqüências em termos sociais e ambientais; as organizações de assalariados rurais debilitaram-se, fazendo com que as resoluções das próprias lutas trabalhistas sejam desfavoráveis a esses trabalhadores. Os conflitos nas relações de trabalho têm sido agravados pela migração de trabalhadores brasileiros, oriundos, principalmente, de municípios da fronteira. Ao lado do problema salarial, tem-se uma situação na qual «[...] são espezinhados os peões das lavouras de arroz que acompanham os arrozeiros do Rio Grande do Sul, no avanço dessa lavoura em terras uruguaias» (Schäffer, 1995). Pode-se inferir que essa situação leva ao aviltamento dos salários do conjunto dos trabalhadores daquelas zonas de cultivo de arroz e cana-de-açúcar e o agravamento das condições de vida com o aumento dos *rancheríos* na periferia das cidades (Piñeiro, 1991).

As transformações que ocorrem hoje, no campo uruguaio, apontam para um processo de concentração da propriedade e de diversificação na forma de utilização da terra. Neste aspecto podem ser mencionadas as atividades ligadas à *la forestación*, atividade que consiste na aquisição de terras, principalmente por empresas transnacionais que cultivam a madeira – *pinus* e *eucaliptus* – e levam-na *in natura* para ser processada na Europa. Nas últimas duas décadas, foram transformadas em florestas cerca de 300 mil hectares do campo uruguaio. Embora a Lei Florestal estabeleça o zoneamento de áreas, definindo locais impróprios ou de preservação ambiental, os interesses do mercado, aliados à falta de fiscalização fazem com que áreas não delimitadas como sendo de *forestación* sejam adquiridas e utilizadas para essa

finalidade. Enquanto avança o processo de *forestación*, os agentes sociais da região de fronteira, principalmente do lado uruguaio, manifestam-se de forma diferenciada (depoimentos coletados durante as pesquisas de campo).

De uma parte, temos aquelas manifestações de que a *forestación* seria uma alternativa às «pobres terras» de Rivera, como afirma o representante dos comerciantes ligados ao *free shop*:

Em Rivera as terras são muito fracas. O governo tem favorecido também uma vez mais esse departamento. Todos os governos, de um partido ou de outro, têm favorecido este departamento, criando uma zona franca de Rivera, com a boa intenção. E também há as pobres terras que temos aqui, e subvencionando a compra dessa terra, de maneira que capitais estrangeiros, como canadenses, chilenos, têm vindo investir no Uruguai. Plantando aqui. E se um hectare custa 300 dólares, o governo dá 150 dólares depois de haver constado que foi florestado. Praticamente, em poucos anos teremos todo o departamento, de uma forma ou de outra, florestado. Aqui está se apostando muito na *forestación* e se tem investido nos últimos anos com mais projetos de inversão de futuro muito importante para Rivera.

Tem-se também aqueles depoimentos, como por exemplo o de um sindicalista do setor leiteiro de Rivera que vê a *forestación* vantajosa aos agricultores familiares:

Um outro tema importante é o da *forestación*. Na área próxima à rodovia 5 aumentou enormemente a *forestación*. Houve um momento que não se conseguia vender um hectare de terra por 350 dólares. Há poucos dias um produtor me disse que pediu 1000 dólares o ha. E as forestadoras vão comprar. Ele vai vender e comprar em outro local por 500 dólares. Tem-se assim uma transferência de produtores de locais com solos arenosos para outros locais com melhores solos em função da venda proveitosa.

É importante citarmos, também, aquelas autoridades que, embora favoráveis à *forestación*, afirmam que a inexistência de atividades de processamento da madeira no próprio Uruguai constitui atividade onerosa para os cofres públicos:

A *forestación* ocupa 1/3 hoje do Departamento [de Rivera] em área hoje dedicada a essa atividade numa área de cerca de 80 mil hectares [o Secretário Geral afirmou, posteriormente, que a área forestada em Rivera é de 42 mil ha] e isto afeta a todos nós. Porque o Governo Nacional para estimular a *forestación*, porque a considera uma área de ponta, tomou certas medidas de incentivos fiscais, ou seja, isenção de impostos e a Contribuição Mobiliária Rural [equivalente ao ITR no Brasil e que no Uruguai é um imposto Departamental] que era uma das grandes entradas [de impostos] que tinha o município, hoje diminuiu. Portanto, a *forestación*, com as isenções, não paga qualquer tipo de contribuição à Intendência. Isto afeta diretamente aos impostos do Departamento. Hoje já tem cerca de 10 mil ha em etapa de corte e isto está indicando a necessidade de uma *camineria* [estrada] adequada, pois a madeira está sendo exportada *in natura* desde o porto de Montevideu, o que afeta todo o sistema, havendo a necessidade de readequação. Está previsto um sistema de *leasing* para a *camineria*: O Departamento constrói as estradas e depois cobra [pedágio] pela utilização. O problema é que, inicialmente, há [necessidade de] investimentos muito grandes.

Há, de outra parte, aquelas manifestações que indicam que essa forma recente de modernização do campo uruguaio não tem ensejado a melhoria da situação dos agricultores familiares ou dos desempregados e pode possibilitar, no médio ou longo prazo, sérios problemas ambientais. Um Edil (vereador) de Rivera aponta para o fato de que a *forestación* não trará melhoria aos agricultores familiares:

A *forestación*, por exemplo, tem tido um desenvolvimento muito grande. Mas acredito que é equivocado... A lei uruguaia incentivava a *forestación*, via isenção de impostos à pessoa que quisesse investir neste ramo de atividade. Isso foi muito importante. Mas não cumpriu com um objetivo fundamental que era o de dar aos produtores médios e pequenos a possibilidade de entrar numa área com possibilidade de êxito. Então, a lei da *forestación* facultava [visava] a essa gente que enfrentava dificuldades. Mas, o que é que acontece hoje? Ao invés dessa gente que tinha seus pequenos campos assegurar o crédito, produzir a madeira, o que é que está acontecendo hoje? Há milhares de hectares forestadas em Rivera [em mãos de] apenas quatro donos. Os pequenos começaram a vender [suas terras]. Assim como essa lei incentivava, vieram as multinacionais e hoje, no que é que se transformou? Os pequenos e médios produtores desta zona que tinham

um campo que custava US\$ 100 o ha, hoje estão pagando US\$ 600 o ha. Esses estão vendendo e estão vindo para a cidade. Fazer o quê na cidade? Engrossar o cinturão de pobreza já existente em nossa cidade, porque o produtor não sabe fazer outra coisa, porque toda vida... é muito tradicional no Uruguai, toda vida em cima disso [da produção no campo]. Vem de pais e avós produtores. Então eles se encontram... eles venderam muito bem seus campos, mas esse dinheiro se termina. Não sabem trabalhar na cidade, porque são leiteiros ou *ganaderos* [pecuaristas] porque assim foram seus pais, assim foram seus avós. Então o que é que temos? Temos quatro grandes empresas que estão forestando milhões de ha. Não gera postos de trabalho por outra razão, por que não industrializa a madeira. Eu acredito que aí haveria [necessidade] de buscar uma forma de fazer uma lei que obrigasse a industrialização da madeira [no próprio país]. Porque não é o mesmo que plantar uma árvore, cortá-la e mandá-la ao exterior, que cortar uma árvore e industrializá-la, criando serraria, móveis.

Sindicalista daquele mesmo Departamento aponta os problemas de ordem ambiental e social:

Outro dia falava com um produtor de Tranqueras, desses que está sobrevivendo ainda, e dizia ele que foram lá para comprar a pequena chácara que ele tem, e que fica bem ao lado de uma forestadora, e eles vêem um pedaço vazio e querem comprar, e tem incentivo do Governo para isso. Ele disse que não, que não iria vender, mas com o tempo não via solução, e não sabe o que mais vai plantar, pois junto com a *forestación* vem um monte de animais que não havia na zona, desde a cobra, que apareceu muita cobra, até o lobo guará, um monte de animais que dificultam a produção. Em geral a idéia que se tem [é] que em 30 a 40 anos já tenha mudado totalmente o ecossistema nosso, e isso tem que prever, se for o caso combater, e é uma coisa praticamente irreversível, e já foram compradas as terras, está sendo instrumentada [plantada], e algumas empresas já estão exportando madeira inteira sem o mínimo de industrialização, que é o que poderia gerar emprego.

As afirmações acima demonstram que, historicamente, a propriedade da terra no Uruguai tem experimentado processos de concentração existindo, no entanto, um debate em torno dos novos processos de utilização da terra, como foi possível verificar no caso dos projetos de *forestación*. O

debate sobre a *forestación* na fronteira uruguaia aponta para novas possibilidades de disputas ainda não presentes, de forma significativa, do lado brasileiro.

O espaço agrário brasileiro, por sua vez — e o do Rio Grande do Sul, em particular — tem sido palco de diferentes lutas sociais (Brumer, 1990; Santos, 1994a e 1994b). Nas últimas décadas, ocorreu um acelerado processo de mecanização da agricultura que proporcionou alterações significativas na configuração desse espaço, bem como das relações sociais. A exemplo do caso uruguaio, tal processo não alterou a estrutura fundiária, ao contrário, intensificou a concentração da terra em mãos de grupos minoritários. Esse fenômeno tem levado, no caso brasileiro, ao acirramento de lutas sociais em torno da terra e às reivindicações em torno da implementação de uma reforma agrária (Santos, 1992; Kliemann, 1986; Martins, 1994; Navarro, 1996).

Nos anos noventa, no Rio Grande do Sul, unidade da federação na região de fronteira com o Uruguai, ocorreram diversos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, organizados sob a liderança do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que, por meio de ocupações de estabelecimentos rurais públicos ou privados, tem buscado pressionar os órgãos públicos estaduais e federais para a implementação da reforma agrária (Navarro, 1996). Os trabalhadores rurais sem terra têm entrado em confronto aberto com os setores ligados à defesa da propriedade rural, organizados na FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), ou na UDR (União Democrática Ruralista) (Ramos, 1995), intensificando as lutas sociais com a participação do poder judiciário e das forças policiais, que no caso do Rio Grande do Sul chama-se Brigada Militar.⁹

Embora tanto o governo do estado do Rio Grande do Sul quanto o governo federal através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), venham realizando aquisições de propriedades rurais para assentamentos de colonos, desde a década passada, a demanda por parte do MST vem intensificado-se nos últimos anos, visto que as terras adquiridas têm sido insuficientes para assentar o grande número de famílias acampadas em diferentes regiões do Brasil

⁹ Para ilustrar, no caso brasileiro, a violência na sua mais dura manifestação, basta mencionar os 41 assassinatos ocorridos no campo brasileiro, em 1995 (CPT, 1999: 7). O Quadro do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra apontou 584 assassinatos em conflitos agrários no Brasil, no período 1988-1997.

Meridional. Nessas mesmas regiões, os conflitos não se restringem à questão da reforma agrária, ocorrem, também, lutas sociais em torno do valor da produção agrícola, ou seja, pelo estabelecimento de uma política agrícola de preços mínimos, favoráveis aos agricultores familiares (Santos, 1994).

Há que se considerar que se, tanto no espaço agrário uruguaio, quanto no espaço agrário brasileiro, ocorrem conflitos, estes são diferenciados. No Brasil, a luta pela terra, como indicado anteriormente, caracteriza-se como uma luta social na esfera econômico-política que, dada a sua amplitude e brutalidade, tem ampla visibilidade. No Uruguai, ao contrário, os conflitos agrários dão-se em outras esferas. Não há propriamente luta pela terra em nenhuma região do país; trata-se, como indicamos anteriormente, de território com espaço agrário fracamente povoado, tendo mais de 80% da população residindo em Montevidéu, não havendo, portanto, uma luta pela reforma agrária.¹⁰ Esses conflitos acontecem na esfera predominantemente política, onde estudos indicaram uma certa «acidez de convivência» (Schäffer, 1995: 89) entre uma fração dos setores agrários ligados à pecuária extensiva e aqueles ligados às atividades agrícolas, principalmente os setores arrozeiro e madeireiro.

Tais conflitos agrários nos dois países têm adquirido importância, nos últimos anos, em decorrência da acentuada baixa dos preços dos produtos agropecuários, tanto nos mercados nacionais quanto nos mercados internacionais. Esse fato tem levado à perda ou diminuição da força política dos setores agrários junto aos Estados Nacionais no cenário de capitalismo em processo de globalização. Com isso, são postas ou repostas novas questões, tanto nas práticas sociais quanto nas relações sociais na fronteira, pois se, em última instância, os latifundiários do espaço fronteiroço Brasil-Uruguai são dominados em escala nacional ou internacional, isso não significa que sejam dominados em escala local ou regional e que não contribuam para a manutenção do poder por parte de outros agentes, frações ou classes no conjunto do campo do poder em escala internacional ou global.

Outro elemento importante na composição das relações sociais na fronteira Brasil-Uruguai é o abigeato, ou seja, o furto de animais (principalmente bovinos, ovinos e eqüinos).

**Abigeato e
prática
criminalizada**

¹⁰ Embora existam demandas por terras, conforme cadastro de mais de 30 mil aspirantes a colonos no INC (Instituto Nacional de Colonización) do Uruguai.

Representa, juntamente com as atividades ligadas ao contrabando de diferentes produtos, um importante elemento nos processos de atividades criminalizadas no espaço fronteiriço.¹¹

A prática do furto de animais é secular em diferentes culturas e está inserida como uma das inúmeras práticas criminalizadas existentes nas sociedades. Em espaços sociais rurais como a fronteira Brasil-Uruguai, tal fenômeno, que data da formação dessa região, tem adquirido, nas últimas décadas, uma grande amplitude, constituindo-se, segundo levantamentos da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, no principal tipo de furto nos municípios brasileiros que fazem fronteira com o Uruguai.

De um lado, o chamado «abigeato costumeiro» ou «roubo unitário», no qual ocorre o furto de pequena quantidade de cabeças de bovinos ou ovinos, que invariavelmente são abatidos no próprio estabelecimento de onde é levada a carne. De outro lado, há o «abigeato em larga escala», quando são furtados grande número de animais com a utilização de caminhões ou outras viaturas. Nesse último caso, os animais são vendidos para abatedouros clandestinos na periferia das cidades ou mesmo para frigoríficos, ou, ainda, são «legalizados», isto é, vendidos legalmente como se fossem produção de determinados estabelecimentos rurais (inclui-se neste caso também o furto de eqüinos).

Outro aspecto importante na composição da conflitualidade é aquele que associa o abigeato ao contrabando de animais. Não se trata somente de furto no interior dos limites nacionais, mas de um tipo de prática que transpõe a fronteira. Sabe-se que quadrilhas de abigeatários ultrapassam a fronteira para furtar no outro país. Segundo indicações da imprensa com base em depoimentos da Asociación Rural del Uruguay, haveria «jefes brasileños al mando de las bandas de abigeos», ou mesmo de quadrilhas formadas por brasileiros e uruguaios.

Esse fenômeno aumenta a intranqüilidade dos proprietários de estabelecimentos rurais levando-os a buscar alternativas de proteção a um aparelho judiciário e policial, pouco equipado para coibir tal prática criminalizada na região.¹² Essa busca constitui um dos indicadores da situação de violência no espaço agrário, fortalecendo o que José de Souza

¹¹ Para uma análise dos processos de criminalização: Santos, 1999.

¹² Com a justificativa de que é necessário combater o abigeato, muitos fazendeiros, tanto no Rio Grande do Sul quanto no norte uruguaio, estão armando peões. Constituem-se, assim, verdadeiras milícias privadas.

Martins chama de «forças repressivas do privado» (Martins, 1997: 40), pela própria ausência ou ineficiência das instituições do Estado.

Embora à primeira vista pareça ter uma função social positiva, na medida em que proporciona alimento a baixo custo para populações marginalizadas, que de outra forma não teriam acesso ao consumo de carne e, ainda, a possibilidade de manter ocupado, principalmente nos abatedouros clandestinos, significativo número de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, não se deve esquecer que o abigeato constitui uma atividade criminalizada responsável por prejuízo aos proprietários rurais, evasão fiscal e consumo de carne sem inspeção sanitária, podendo ocasionar graves danos à saúde da população.

Considerando que, durante longo tempo, o abigeato foi apresentado como fenômeno natural no mundo rural dos dois países e no espaço fronteiriço (em particular) pela amplitude adquirida na última década, apresenta-se como um dos componentes de um quadro de violência e de impunidade, fazendo com que a integração fronteiriça seja muito mais um recurso retórico de que uma prática efetiva.

A apresentação de alguns elementos para a análise dos conflitos no espaço fronteiriço dos dois países, mas que vão além dessas fronteiras, aponta para uma reconfiguração do campo do poder cuja presença de arroteiros, multinacionais da *forestación*, trabalhadores ilegais e práticas criminalizadas, tal como o abigeato, demonstra as tensões no espaço fronteiriço brasileiro-uruguaio.

Com relação à problemática da terra das fronteiras, foi possível constatar diferenças quanto ao enfoque dado pelos habitantes de cada país. No norte uruguaio, não existe uma forte reivindicação pela reforma agrária; as disputas encontram-se numa esfera política na qual as reivindicações não incluem, até ao presente, ocupações de propriedades públicas ou privadas, restringindo-se à demanda pela terra por parte dos aspirantes a colonos cadastrados no INC, bem como de uma disputa por parte dos proprietários: arroteiros, madeireiros e pecuaristas, quanto aos rumos dos projetos de modernização do campo, intensificados pela *forestación*. Do lado brasileiro, a terra encontra-se no centro do debate, indicando um quadro de contendas que ultrapassa a esfera política, onde disputas a favor ou contra a reforma agrária, não só nos

Conclusão

estados fronteiriços, mas em diversas regiões do país, têm colocado em confronto direto o MST e os proprietários rurais, com mortes de ambos os lados.

Quanto às disputas na esfera trabalhista, os estudos constatarem a presença de trabalhadores ilegais em um e outro lado da fronteira brasileiro-uruguaia, apontando para disputas no interior das próprias organizações de trabalhadores que, na tentativa de preservar postos de trabalho, defendem legislações restritivas à presença de estrangeiros. Somando-se esse fato com a inexistência de legislação capaz de regulamentar as relações de trabalho dos estrangeiros por parte do MERCOSUL, vislumbra-se um quadro de dificuldades para aqueles que, por necessidade, ultrapassam as fronteiras nacionais em busca de trabalho.

Quanto à prática criminalizada do abigeato, pode-se concluir que embora constitua prática costumeira desde a formação do Brasil e do Uruguai no século XIX, tem sido intensificada nesta última década, constituindo-se, assim, em mais um indicador de intranquilidade dos proprietários rurais em toda região fronteiriça, servindo, inclusive, de pretexto para formação de milícias privadas como tentativa de enfrentar a ineficiência das instituições públicas de fiscalização e de combate à criminalidade.

Levando-se em consideração a afirmação de Octavio Ianni de que com o novo processo de globalização capitalista «descortinam-se novas formas de integração e fragmentação» (1995: 11), entende-se que o estudo aqui desenvolvido contribui para a compreensão das novas lutas sociais que se desenrolam no capitalismo em processo de globalização no espaço fronteiriço do Brasil e do Uruguai. Ele possibilita pensar o longo caminho a ser percorrido pelos agentes sociais, tanto na dimensão da ciência quanto na dimensão das práticas sociais que, ao buscarem romper com uma determinada configuração do campo do poder, necessitam forjar novos instrumentos de análise e novas formas de ação política. ■

Referências Bibliográficas

- Barrán, J. Pedro; Nahum, Benjamín 1972 *Historia rural del Uruguay moderno*. Montevideú: Ediciones de La Banda Oriental.
- Basso, Maristela (org.) 1995 *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Bentancor, Gladys *et al.* 1989 *Rivera – Livramento. De la integración de hecho a la integración real*. Rivera: GIR - Grupo de Investigación de Rivera.
- Bonetty, Ernesto *et al.* 1991 *Frontera, integración y después... El desarrollo regional integrado: Um aspecto específico de la integración nacional*. Montevideú: LOGOS/CIESU/FESUR.
- Bourdieu, Pierre 1996 *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Brumer, Anita 1990 «Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988)», *Ensaio FEE*, 11(1), 124-142.
- Cardozo, Susana; Fernández, Virginia. 1997 «Cambios en la forma de producción y sus consecuencias socioeconómicas para el área fronteriza del Noreste del Uruguay», in Iara Regina Castello *et al.* (orgs.), *Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/FEE.
- Castello, Iara Regina *et al.* (orgs.) 1995 *Práticas de integração nas fronteiras. Temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Goethe-Institut/AEBA.
- Castello, Iara Regina *et al.* (orgs.) 1997 *Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS/FEE.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra 1999 *Conflitos no campo, Brasil*, 95. Goiânia: Secretariado Nacional da CPT disponível em: <http://www.cptnac.com.br/cpttexto.htm>.
- Featherstone, Mike 1996 «A globalização da complexidade. Pós-modernismo e cultura de consumo», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(32), 105-124.
- Hirst, Paul; Thompson, Grahame 1996 *O fim do Estado-Nação e a ascensão das economias regionais*. Petrópolis: Vozes.
- Ianni, Octávio 1995 *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kliemann, L. H. Schmitz 1996 *RS: Terra & Poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Lehnen, Amo Carlos *et al.* (orgs.) 1994 *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre/Uruguaiana: Editora da Universidade/Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

- Martínez, Ana Maria 1996 «La permeabilidade tecnológica en la frontera brasileña del Uruguay. El cultivo del arroz en el Norte del país», *Seminário Internacional: As áreas de fronteira da América Latina no novo patamar da economia capitalista*. Porto Alegre: UFRGS/FEE.
- Martins, José de Souza 1994 *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, José de Souza 1997 *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.
- Mélo, J. Bica de 1997 «Reflexões conceituais sobre fronteira» in Iara Regina Castello et al. (orgs.), *Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/FEE, 68-74.
- Mélo, J. Bica de 2000 *Fronteiras abertas: o campo do poder no espaço fronteiriço Brasil — Uruguai no contexto da globalização*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Doutorado).
- Nahum, Benjamín et al. 1990 *Crisis política y recuperación económica (1930-1958)*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental.
- Navarro, Zander 1996 «Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990», in Zander Navarro (org.) *Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 62-105.
- Ohmae, Kenichi 1998 *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, Roberto Cardoso de 1997 «Identidade, etnicidade e nacionalidade no Mercosul», *Política Comparada - Revista de Políticas Comparadas*, 1(2), 9-20.
- Oliveira, Roberto Cardoso de 2000 «Os (des)caminhos da identidade», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 7-21.
- Otermin, Jorge Pérez 1995 *El mercado comum del sur. Desde Asunción a Ouro Preto: aspectos jurídico-institucionales*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria.
- Paula, José Alves de 1999 «O subgrupo 11 do Mercosul: Balanço de suas atividades» disponível em: <http://www.mre.gov.br/getec/webgetec/bila/15/artigos/3alves.htm>.
- Peña, Félix 1999 «Conflitos comerciais do Mercosul», *Folha de S. Paulo*, 29 jul., 3.
- Piñeiro, Diego (org.) 1991 *Nuevos y no tanto. Los actores sociales para la modernización del agro uruguayo*. Montevideo: CIESU/Ediciones de la Banda Oriental.
- Plá, Juan Algorta (org.) 1994 *O Mercosul e a Comunidade Européia. Uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/Goethe-Institut.

- Ramos, Marília Patta 1995 *O «novo» e o «velho» ruralismo no Rio Grande do Sul. Um estudo sobre os integrantes da UDR.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Santos, José V. Tavares dos 1992 «Dominação e modos de organização rural no Brasil», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 131-147.
- Santos, José V. Tavares dos 1994a «Conflitos sociais agrários: formação e luta dos camponeses meridionais», *Cadernos de Sociologia*, 6, 135-153.
- Santos, José V. Tavares dos 1994b *Conflitos sociais entre camponeses e empresários agroindustriais.* Rio Grande do Sul (1974-1991). Porto Alegre: UFRGS (mimeo).
- Santos, José V. Tavares dos 1999 «Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização», in José V. Tavares dos Santos (org.) *Violência em tempo de globalização.* São Paulo: Hucitec, 11-39.
- Sartelli, Eduardo 1997 «Mercosur y clase obrera: las raíces de un matrimonio infeliz», in Iara Regina Castello et al. (orgs.), *Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação.* Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/FEE, 75-88.
- Schäffer, Neiva Otero 1992 *Produção de espaço residencial em cidade de fronteira. A expansão recente de Sant'Ana do Livramento - RS.* Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, (Dissertação de Mestrado).
- Schäffer, Neiva Otero 1995 «Globalização e fronteira», in Iara Regina Castello et al. (orgs.), *Práticas de integração nas fronteiras. Temas para o Mercosul.* Porto Alegre: Editora da Universidade/Goethe Institut/AEBA, 79-91.
- Silva, Luís R. Ferreira da 1995 «A livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL e o princípio da igualdade», in Maristela Bass (org.), *Mercosul. Seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 255-289.
- Vegas, J. H. Herrera 1999a «Este é o pior momento do Mercosul», *Global – Comércio Exterior e Transporte*, 2(18) (entrevista).
- Vegas, J. H. Herrera 1999b «Impactos da desvalorização do real sobre o comércio entre Brasil e Argentina» disponível em: <http://www.Embarg.org.br/ConfJhhv211099.htm>.
- Ventura, Deisy F. Lima (org.) 1995 *O Mercosul em movimento.* Porto Alegre: Livraria do Advogado.